

Rodrigo Espinha Baeta

Arquiteto pela EA UFMG, Especialista pelo IX CECRE UFBA e pelo CENCREM, La Habana, Mestre e Doutor pelo PPGAUFBA, Professor Adjunto da FA UFBA. Versado no estudo do Barroco, em 2010 lançou o livro *O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII* e em 2012, o livro *Teoria do Barroco*.

O SENTIDO SIMBÓLICO DA CONQUISTA DA AMÉRICA IBÉRICA

Fue designio de ellos borrar los vestigios de las viejas culturas indígenas, y lo cumplieron implacablemente, acaso porque estaban convencidos de que era justo hacerlo con infieles. Si en muchas regiones los conquistadores no encontraron sino culturas primitivas – como en la costa brasileña o en el Río de la Plata –, en otras tropezaron con culturas de alto nivel que los asombraron. Pero en todos los casos un inmovible preconcepto los llevó a operar como si la tierra conquistada estuviera vacía – culturalmente vacía –, y sólo poblada por individuos que podían y debían ser desarraigados de su trama cultural para incorporarlos desgajados al sistema económico que los conquistadores instauraron, mientras procuraban reducirlos a su sistema cultural por la vía de la catequesis religiosa.” (ROMERO, 2007, p. 11)

O juízo do importante historiador argentino, José Luis Romero, proferido em seu livro *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*, cuja primeira edição sairia em 1976, revelaria alguns aspectos profundamente instigantes da colonização espanhola do Novo Mundo. Por um lado, despontaria a relação de absoluto desprezo absorvida pelos conquistadores peninsulares frente à grande diversidade das culturas que então habitavam o vasto cenário das Américas. Consequentemente, seria instaurado um aristocrático sentimento de civilidade que teria levado espanhóis e portugueses a acreditarem na nobre missão de transferir, para as novas realidades geográficas e humanas, seus valores políticos, sociais e religiosos, almejando anular, ou melhor, aniquilar toda a herança cultural do colossal território que compreenderia o Novo Mundo – um legado ancestral que envolveria indivíduos, sociedades, religiões, costumes, arte, arquitetura, cidades e que estaria fadado a desaparecer em nome da autoridade do rei e do comando da Igreja. Por outro lado, compreendendo o continente americano como um grande vazio, uma sociedade moderna e pretensamente ideal deveria emergir daquele preexistente cenário “inerte e amorfo”; uma nova Europa precisaria brotar dos desoladores domínios coloniais – como diria Romero (2007, p. 12).

A nefasta ignorância dos invasores frente às culturas pré-colombianas e a prática constituída da tábula rasa estariam apoiadas em mecanismos políticos, jurídicos, econômicos e religiosos que avalizariam o desmonte de todas as sociedades encontradas: sejam os grupos pouco desenvolvidos que habitavam as monumentais extensões do Novo Mundo – tribos nômades, de caçadores e coletores e povos sedentários mais evoluídos; ou mesmo, a conquista e a extinção das poderosas e avançadas civilizações mesoamericanas e andinas. E esta desarticulação das culturas autóctones se daria implacavelmente, apesar da surpresa e da admiração reconhecidas pelos homens do Velho Continente ao se depararem com aqueles espetáculos inverossímeis, com aquelas imagens fantásticas desveladas pelos principais centros urbanos espalhados pelos domínios dos impérios asteca e inca – impressões comentadas em algumas descrições devidas a personagens da época, relatos que discorreriam sobre as cidades que os conquistadores gradativamente descobriam.

Figura 1 - Plano de Tenochtitlán sob o domínio asteca – baseado em um mapa feito por Hernán Cortés (publicado em Nuremberg em 1524). Elaborada pelo ilustrador belga Theodorus de Bry (1528-1598). Imagem publicada no *Civitas Orbis Terrarum*, atlas de cidades coordenado pelo geógrafo alemão Georg Braun (1541-1622) e editado em Colônia em 1572.



Ou seja, esta consideração a respeito da qualidade e da escala grandiosa das realizações das civilizações pré-hispânicas não serviria para sensibilizar os ibéricos a preservarem sua cultura, e nem mesmo seu cenário urbano e seus monumentos; pelo contrário, só incentivariam os peninsulares na eliminação total dos registros urbanos e arquitetônicos destas prodigiosas culturas, que muitas vezes – como ficaria latente nas crônicas dos próprios colonizadores – chegariam a superar as urbes européias, especialmente em relação à dimensão e à organização de seu espaço físico.



Figura 2 - Vista idealizada da cidade de Cuzco sob o domínio inca. Elaborada pelo ilustrador belga Theodorus de Bry. Imagem publicada no *Civitas Orbis Terrarum*, atlas de cidades coordenado pelo geógrafo alemão Georg Braun e editado em Colônia em 1572.

Fonte: Braun, Hogenberg, 2011, p. 135.

Logo, as fundações de duas das mais importantes cidades hispânicas, a Cidade do México e a Cuzco moderna, edificadas acima das capitais imperiais arrasadas, estariam nutridas de um forte apelo simbólico: significaria, definitivamente, a anulação das culturas preexistentes em nome da ascensão de uma nova ordem política, econômica, social, religiosa que, literalmente, deveria esmagar a preexistente. A sobreposição seria o meio mais seguro para apagar a herança ancestral das antigas civilizações – que, indubitavelmente, seriam compostas por grupos evoluídos e poderosos –, civilizações que precisariam ser completamente subjugadas, pois colocariam em risco a estabilidade do governo a ser instaurado (Figuras 1-2).

Na verdade, segundo afirmaria o historiador espanhol, Porfirio Sanz Camañes, no livro de 2004, *Las ciudades en la América Hispana. Siglos XV al XVIII*, a política colonizadora objetivava, ao mesmo tempo, o domínio e a proteção do território, a povoação das terras descobertas e conquistadas, a obtenção de riquezas e o esforço civilizador conseguido através da evangelização (SANZ CAMAÑEZ, 2004, p. 27). Não obstante, seria muito difícil responder à pergunta: como poucos homens, provenientes de uma nação que contaria com algo mais que sete milhões de habitantes, conseguiriam controlar, em um exíguo espaço de tempo, um território tão vasto, povoado por mais de cinquenta milhões de indivíduos por ocasião das invasões – antes do genocídio produzido pelas guerras, pela crueldade dos invasores e pelas doenças trazidas do Velho Mundo?

Um dos fatores que poderiam, supostamente, explicar a certeza no sucesso da conquista seria a fé incondicional na superioridade da civilização europeia e, particularmente, da Ibérica, frente às culturas aborígenes. É verdade que, excluindo aqueles 5% do território que estaria, em grande parte, nas mãos dos poderosos impérios pré-colombianos e que veriam florescer, quatro mil anos antes, as avançadas civilizações americanas, o resto da vasta região seria habitada por grupos bem menos avançados, ou mesmo primitivos. Contudo, as culturas mesoamericanas e andinas também seriam consideradas – apesar do reconhecimento de seus feitos memoráveis no que se refere à construção, urbanização, e domínio de imensos territórios – povos bárbaros que estariam muito abaixo da noção europeia de civilidade.

Além disso, uma sugestiva frase que o conquistador espanhol, Hernán Cortés (1485-1547), direcionaria ao Imperador asteca Moctezuma II (1466-1520) – relatada pelo historiador espanhol e cronista das Índias Ocidentais, Francisco Lopez de Gomara (1511-1566), no livro *Historia de la conquista de Méjico*, publicado em 1552 – resumiria outra das fortes motivações que contribuiriam para que os colonizadores suportassem todos os reveses da conquista e batalhassem para efetuar a dominação do distante e hostil mundo novo: "(...) *ca tenemos yo y mis compañeros mal de corazón, enfermedad que se sana con oro*" (CORTÉS *apud* LOPEZ DE GOMARA, 1851, tomo 1, p. 313). A ambição desenfreada dos invasores frente às possibilidades de encontrar míticas e lendárias cidades povoadas de tesouros – mundos perdidos que preencheriam a mente dos europeus há séculos e que, subitamente, poderiam estar escondidos nos confins dos vastos territórios descobertos – seria uma realidade constante diante da árdua tarefa da conquista.



BIBLIOGRAFIA:

ALLENDE CARRERA, Arnulfo. *Puebla. Y el Paseo de San Francisco*. Madrid: Turner, 2006.

BRAUN, George; HOGENBERG, Franz. *Cities of the world. Civitas Orbis Terrarum*. Köln: Taschen, 2011.

CEHOPU. *La ciudad hispanoamericana. El sueño de un orden*. Madrid: CEHOPU, 1989.

FAGIOLLO, Marcello. *La fondazione delle città latino-americane. Gli archetipi della Giustizia e della Fede*. In: *Psicon*. Rivista Internazionale di Architettura. América Latina: le città coloniali. Firenze: Psicon, Centro Studi Architettura Oroburos, n. 5, p. 34-58, 1975.

LOPEZ DE GOMARA, Francisco. *Conquista de Méjico*. De la crónica general de las Indias. In: DE VEDIA, Don Enrique. *Historiadores primitivos de Indias*. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneira, tomo 1, 1852.

RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROMERO, José Luis. *Latinoamérica: la ciudad y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

SANZ CAMAÑES, Porfirio. *Las ciudades en la América Hispana. Siglos Xv al XVIII*. Madrid: Sílex, 2004.

VAN DOESBURG, Sebastián. *475 años de la fundación de Oaxaca*. Oaxaca: ayuntamiento de la Ciudad de Oaxaca, 2 v., 2007.

Figura 3 - Vista panorâmica do porto e da cidade de La Habana (fundada em 1514, na ilha de Cuba) – imagem feita, no século XIX, desde a fortaleza de La Cabaña.

Fonte: CEHOPU (1989, p. 174)